

Levi Vasconcelos



ANÁLISE POLÍTICA,
FATOS E CAUSOS

atarde.com.br/colunista/levivasconcelos
colunalevi@gmail.com

E o vírus da corrupção infectou Abaíra ou já nasceu com a gente?

Georgina Miralva, da Pituba, instiga: o escândalo que envolve de secretários da pequena Abaíra a uma longa lista de 134 mil servidores públicos federais, estaduais e municipais inscritos no auxílio emergencial, dá para entender?

Georgina, prezada, dizem que crises como essa da pandemia suscitam um bom gancho para reflexão. Claro que o vírus da corrupção não chegou lá em Abaíra com o corona. Já estava, como de há muito mostra a cara nos quatro cantos do mundo e em todas as circuns-

tâncias, até nas dolorosas.

DA ALMA — Crises como a do corona escancararam isso, desnudaram as almas. Aí se vê pessoas simples se engrandecendo com atos simples, mas significativos, empresas fazendo o seu marketing humanitário, profissionais de saúde na linha de frente do combate sabendo que correm risco de morte e um monte de ladrões roubando respiradores, remédios e afins.

Dizem que a Covid, lá em Huan, na China, de onde

emergiu para o mundo, veio do mundo animal. Mas a corrupção, querida, parece já ter nascido na alma humana e lá está encruada como uma chaga que num momento desses expõe a vastidão dos seus malefícios coletivos.

Funcionário público se passar por necessitado? Convém ressaltar, a política não é a atividade mais descarada e sim a mais escancarada. Parece descarada porque a sociedade tem muito disso. E entenda que nem sempre bom cobrador é bom pagador.

Alba vota as mensalidades

Por conta da morte da mãe do ex-deputado Augusto Castro a sessão que a Assembleia realizaria ontem ficou para hoje, com cinco projetos em pauta, quatro do Executivo e um do deputado Alan Sanches (DEM).

Um é o que oficializa Anísio Teixeira como patrono da educação na Bahia. O de Alan é o que promete mais falatório: reduz as mensalidades escolares em 30% por conta da pandemia.

Alan acha muito justo.

Família de médicos unida

Bracildes Júnior, a mulher Graça Melo, ela vereadora do PTB, e os filhos Tiago e Rodrigo, todos médicos, cometeram Barreiras ontem, onde atuam, ao postarem um vídeo em que admitem: estão infectados pela Covid.

O detalhe é que a família Melo é muito querida e respeitada na cidade. E, com a atitude, ganhou mais créditos: nas redes sociais receberam aplausos pela luta contra a Covid e pela coragem de abrir o jogo.

Parlamentares ante o corona

Quem também testou positivo foi o deputado estadual Jânio Natal (Podemos), prefeiturável em Porto Seguro, notícia que circulou como uma bomba na cidade, onde a prefeita Cláudia Oliveira (PSD) também já foi infectada.

Jânio passa a integrar a lista de parlamentares baianos já infectados: os federais Bispo Marinho (Republicanos) e Félix Mendonça (PDT) e os estaduais Alan Sanches (DEM), José de Arimatéia (Republicanos) e agora Jânio.



Roberto Carlos: 'Do jeito que está é muito complicado'

Roberto Carlos: 'O futebol foi asfixiado pela Covid'

O deputado estadual Roberto Carlos (PDT), presidente da Juazeirense em despedida, diz que sempre foi contra a continuidade do Campeonato Baiano pela falência dos pequenos clubes, mas a FBF avisou: se não disputar, fica fora do Baianão três anos e, quando voltar, será na segunda divisão; teve que ficar, mas vai deixar para o sucessor uma herança ruim.

— Cinco dos nossos jogadores testaram positivo, fizemos a contraprova, deu negativo. Estamos nesse cenário, gastando, sem torcida, sem ajuda da FBF e sem patrocinadores. A única receita prevista é de direito de transmissão, R\$ 45 mil. Ele se diz exaurido, por isso vai deixar a presidência do clube. Mas, antes de sair, vai pilotar uma vaquinha virtual para pagar aos jogadores.

EM VIGOR Texto aprovado prevê universalização dos serviços de água e esgoto até 2033

Bolsonaro sanciona novo Marco Legal do Saneamento com 11 vetos

ANDREIA VERDELIO
Agência Brasil, Brasília

O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem a lei do novo Marco Legal do Saneamento Básico no País, que prevê a universalização dos serviços de água e esgoto até 2033. O texto, aprovado no Congresso no mês passado após muita discussão, viabiliza a injeção de mais investimentos privados nos serviços de saneamento.

Atualmente, em 94% das cidades brasileiras o serviço de saneamento é prestado por empresas estatais. As empresas privadas administram o serviço em apenas 6% das cidades. A nova lei extingue os chamados contratos de programa, aqueles em que prefeitos e governadores firmavam termos de parceria diretamente com as empresas estatais, sem licitação. Com a nova lei, será obrigatória a abertura de licitação, na qual poderão concorrer prestadores de serviço públicos ou privados.

A cerimônia de sanção reuniu vários ministros no Palácio do Planalto. O presidente participou por videoconferência do Palácio da Alvorada.

De acordo com o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já tem uma carteira de mais de R\$ 50 bilhões em investimentos, pronta para ser oferecida à iniciativa privada. O primeiro leilão deve ser em setembro, em Alagoas.

Segundo Marinho, Rio de Janeiro e São Paulo já estão trabalhando para montar suas carteiras. No Amapá, os 16 municípios do estado



O presidente participou do ato por videoconferência do Palácio da Alvorada

O texto, aprovado no Congresso no mês passado após muita discussão, promete a injeção de mais investimentos privados nos serviços de saneamento

também consolidaram o consórcio para atrair os investimentos, processo que também está em curso no Acre. A expectativa do governo é de investimentos em torno de R\$ 500 bilhões a R\$ 700 bilhões em dez anos.

De acordo com o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, o saneamento será prioritário na agenda do banco para os próximos anos e "não haverá falta de crédito e financiamento para os projetos do setor". O órgão também trabalhará como estruturador dos projetos e das modelagens de operação para definir a melhor política pública para cada estado e

região, considerando a universalização no menor tempo possível, respeito à capacidade de pagamento de cada localidade, abertura de concorrência e sustentabilidade financeira do projeto.

"Uma boa modelagem, uma boa análise de impacto ambiental, uma boa engenharia são fundamentais para que os recursos sejam otimizados e aportados em tempo e a contento, nessa jornada de anos que temos pela frente", disse.

A nova lei prevê também que os contratos em vigor poderão ser prorrogados por mais 30 anos, desde que as empresas comprovem a ca-

pacidade econômico-financeira e se adequem aos objetivos de universalização do marco. A metodologia para essa comprovação será publicada em até 90 dias, e as empresas terão até 30 de março de 2022 para consolidar os contratos em vigor.

Vetos

De acordo com o ministro Rogério Marinho, o texto foi sancionado com 11 vetos. Em nota, a Secretaria-Geral da Presidência explicou a razão de três deles.

Foram vetados os parágrafos 6º e 7º do Artigo 14 pois, "ao criarem uma nova regra para indenização de investimentos não amortizados das prestadoras de saneamento, geram insegurança jurídica por descompasso ao já previsto na Lei nº 8987/95 (Lei de Concessões)".

Também foi vetado o Artigo 16 e seu parágrafo único pois permitem a renovação, por mais 30 anos, dos atuais contratos de programa.

O Artigo 20 do projeto aprovado no Congresso foi vetado integralmente. De acordo com Rogério Marinho, o dispositivo impedia que o setor de tratamento de resíduos sólidos também fosse contemplado no novo marco legal, da mesma forma que o esgotamento sanitário e o acesso à água potável. A nota da Secretaria-Geral diz que isso quebraria "a isonomia entre as atividades de saneamento básico, de forma a impactar negativamente na competição saudável entre os interessados na prestação desses serviços, além de tornar menos atraente os investimentos".

"SEM DEBATE"

Marta critica aprovação da Política de Inovação

DA REDAÇÃO

A vereadora Marta Rodrigues, líder do PT na Câmara Municipal de Salvador, criticou a aprovação pela Casa da Política Municipal de Inovação, com rejeição de 16 das 24 emendas apresentadas. O projeto foi aprovado na última terça-feira.

Segundo a vereadora, que deu voto contrário ao projeto, não houve na sessão o debate das emendas, que foram rejeitadas sem justificativa. "Não foi feito o debate se cria receita, se é constitucional, o porquê da rejeição", criticou.

O instrumento é destinado à orientação das atividades do poder público local e a relação com os agentes que compõem o Ecossistema Municipal de Inovação, por meio da criação de sistemas, mecanismos e incentivos.

"A Política Municipal de Inovação aprovada hoje na verdade não inova, pois manteve uma estrutura preexistente que privilegiava muitos poucos empreendedores e cidadãos e cidadãs. Aprovar uma política dessa envergadura com a rejeição às tantas emendas sem o debate, é muito ruim para o legislativo municipal", declarou Marta.

Para a vereadora, o Poder Executivo não respeitou a substância dada ao projeto para que a política contemplasse toda a população da capital baiana, de maioria negra. Segundo ela, "inovação passa por trabalho, por tecnologia, por acesso, por desenvolvimento social, por capacitação, fala de startups existentes numa cidade de maioria negra e pobre cuja população de fato não foi ouvida em sua construção".